

GRUPO

DELGA

Demonstrações Financeiras

Delga Indústria e Comércio S.A.

31 de dezembro de 2024

com Relatório do Auditor
Independente



Relatório da Administração

O ano de 2024 foi marcado por uma recuperação robusta do setor automotivo brasileiro, destacando-se como um dos mercados de maior crescimento global. O mercado de automóveis no Brasil registrou um aumento de 14,1% nas vendas de veículos novos, em comparação com 2023. O país manteve a sexta posição no ranking global. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram vendidas 2,634 milhões de unidades, incluindo automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, sendo o melhor resultado em cinco anos

A produção total de veículos leves no país atingiu 2,55 milhões de unidades, representando um aumento de 9,7% em relação a 2023. Esse desempenho permitiu ao Brasil retomar a posição de oitavo maior produtor mundial de veículos, superando a Espanha.

Impulsionados pela expansão do crédito, da renda e do emprego, o resultado superou as previsões iniciais tanto da Fenabreve, que começou 2024 traçando crescimento de 12%, quanto das montadoras, representadas pela Anfavea, cuja primeira projeção, de alta de 6,1%, foi ainda mais modesta. As entregas às locadoras, que compraram um a cada quatro carros vendidos no ano passado, também sustentaram o desempenho positivo.

O Brasil importou mais de 140% de veículos em 2024, o que representa o maior volume da última década. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela importação de veículos elétricos e híbridos da China. O aumento das importações impactou negativamente a balança comercial do país, sendo um fator preocupante para a indústria nacional.

Desempenho da Companhia

A receita operacional líquida da nossa empresa cresceu 12% ao longo do ano, atingindo R\$ 890 milhões. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento das vendas de veículos leves e à recuperação gradual do segmento de veículos comerciais.

O EBITDA totalizou R\$ 64 milhões em 2024, um aumento de 67% em relação ao exercício de 2023, refletindo a recuperação nas vendas e a melhoria na eficiência operacional.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	2024	2023 (Reapresentado)
Receita líquida	890.850	792.077
Custos dos produtos vendidos	(787.495)	(739.110)
Lucro bruto	103.355	52.967
Despesas administrativas e gerais	(66.327)	(66.692)
Outras receitas operacionais	1.314	20.366
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	38.342	6.641
Receitas financeiras	5.017	10.603
Despesas financeiras	(69.749)	(70.664)
Resultado financeiro líquido	(64.732)	(60.061)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Outras Receitas Não Operacionais	(66)	-
Resultado antes dos impostos	(26.456)	(53.420)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(574)	24.063
Lucro líquido do exercício	(27.030)	(29.357)
(=) Ebitda	62.749	33.419
Provisão de Estoque	1.099	9.549
(=) Ebitda Ajustada	63.848	42.968

(*) EBITDA Ajustado: exclui gastos com provisão de ajustes de Estoque aos quais não afetam o caixa da empresa.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Investimentos e Estratégias

Em 2024, continuamos nosso processo de investimentos voltados para a digitalização e otimização de nossos ativos, visando aprimorar nossa eficiência operacional. Nossas fábricas em Ferraz e Anchieta foram transformadas em centros exclusivos para a produção de peças destinadas ao segmento de veículos comerciais, enquanto a unidade de Jarinu concentrou-se totalmente em automóveis leves. Além disso, maximizamos o potencial de nossa fábrica em Diadema, que serviu como suporte para a produção de estampados em todas as linhas.

Paralelamente, expandimos nossa presença no segmento de tratores, com investimentos e aprimoramentos de processos em nossa fábrica em São Leopoldo-RS. Firmamos parcerias com grandes empresas do setor de tratores agrícolas, impulsionando ainda mais nossos negócios nesse ramo.

Perspectivas Futuras

Estamos comprometidos em impulsionar o crescimento dos volumes de produção em nossas fábricas, concentrando nossos esforços em aprimorar continuamente o processo produtivo. Nosso objetivo primordial é melhorar ainda mais nossos resultados e fortalecer nossa capacidade de geração de caixa.

Em níveis operacionais, temos buscado melhorar continuamente. Para tal criamos um departamento que está focado em atividades e ações que tornem nosso processo produtivo mais eficaz e eficiente.

Com relação ao mercado, na linha de autos pesados, seguimos continuamente em busca de incrementar carteira por meio de integrações locais e oportunidades junto aos clientes. Já na linha de autos leves, tivemos excelentes resultados recentemente na negociação de novos projetos com os clientes atuais e há projeção de mais nomeações em novos projetos em 2025 para projetos com início em 2027. Na linha de máquinas agrícolas e construção civil, temos buscado ampliar nosso portfólio de produtos e clientes, onde temos tido sucesso que refletirá positivamente nos resultados em 2025 e 2026. Isso mostra nosso compromisso em promover um crescimento sustentável da empresa ao longo dos próximos anos.

Nossa abordagem na alocação de capital permanece disciplinada, estritamente alinhada às prioridades estratégicas da empresa. Priorizamos consistentemente a redução do endividamento líquido, principalmente no curto prazo, garantindo assim uma posição financeira sólida e sustentável para o futuro.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Relatório da Administração
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Estamos comprometidos em aproveitar oportunidades de crescimento com sabedoria, investindo de maneira estratégica para impulsionar a inovação, expandir nossa presença no mercado e atender às demandas em evolução dos nossos clientes. Com foco na eficiência, excelência operacional e sustentabilidade, estamos confiantes em nosso potencial para alcançar nossos objetivos de longo prazo e gerar valor significativo para todos os nossos acionistas.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em decorrência da correção de erro relacionado à classificação incorreta de determinados itens de despesa administrativas na rubrica de custo da mercadoria vendida, para melhoria da qualidade das informações apresentadas, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.



**Shape the future
with confidence**

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O


Fernanda Guimarães Scandura
CRC SP-289782/O

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.366	8.661
Contas a receber de clientes	6	18.968	35.453
Estoques	7	123.510	133.055
Impostos a recuperar		26.635	39.466
Instrumentos Derivativos		-	4.428
Outros ativos		1.261	1.677
Partes relacionadas		554	7.012
Total do ativo circulante		203.294	229.752
Empréstimos a partes relacionadas	9	-	3.717
Impostos a recuperar	8	6.295	27.797
Depósitos judiciais		2.000	1.877
Total do realizável a longo prazo		8.295	33.391
Direito de uso	10	16.358	28.759
Imobilizado	11	209.320	201.895
Intangível		1.193	914
Total do ativo não circulante		226.871	231.568
Total do ativo		438.460	494.711

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Fornecedores	14	59.977	52.601
Empréstimos e financiamentos	12	119.648	106.445
Debêntures	13	12.893	59.151
Instrumentos Derivativos		-	4.292
Obrigações trabalhistas e sociais	15	30.499	26.669
Obrigações fiscais e tributárias	16	6.536	11.519
Imposto de Renda e Contribuição Social		533	-
Parcelamentos de impostos	17	23.904	46.570
Adiantamento de clientes	18	6.859	9.628
Arrendamentos a pagar		8.217	6.188
Outros Passivos		1.255	2.832
Total do passivo circulante		270.321	325.895
Empréstimos e financiamentos	12	70.305	24.842
Debêntures	13	20.785	-
Parcelamentos de impostos	17	13.568	25.170
Arrendamentos a pagar		10.900	25.596
Outras Passivos		149	2.049
Provisão para perda em processos judiciais	19	7.008	7.110
Total do passivo não circulante		122.715	84.767
Total do Passivo		393.036	410.661
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		47.299	47.299
Reserva Legal		4.086	4.086
Reserva de Lucros		-	32.665
Prejuízos Acumulados		(5.961)	-
Total do Patrimônio Líquido		45.424	84.050
Total do passivo e patrimônio líquido		438.460	494.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023 (reapresentado)
Receita líquida	21	890.850	792.077
Custos dos produtos vendidos	22	(787.495)	(739.110)
Lucro bruto		103.355	52.967
Despesas administrativas e gerais	22	(66.327)	(66.692)
Outras receitas operacionais	23	1.314	20.366
Resultado antes das despesas financeiras liquidas e impostos		38.342	6.641
Receitas financeiras	24	5.017	10.603
Despesas financeiras	24	(69.749)	(70.664)
Resultado financeiro líquido		(64.732)	(60.061)
Outras Receitas Não Operacionais		(66)	-
Resultado antes dos impostos		(26.456)	(53.420)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	(574)	24.063
Lucro líquido do exercício		(27.030)	(29.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	(27.030)	(29.357)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(27.030)</u>	<u>(29.357)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	47.299	4.087	62.022	-	113.408
Prejuízo do exercício	-	-	(29.357)	-	(29.357)
Saldos em 31º de dezembro de 2023	47.299	4.087	32.665	-	84.051
Distribuição de Dividendos (20.c)	-	-	(11.597)	-	(11.597)
Prejuízo do exercício	-	-	(21.068)	(5.962)	(27.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	47.299	4.087	-	(5.962)	45.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstração de Fluxo de Caixa 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício		(27.030)	(29.357)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	17.148	19.371
Depreciação de bens e direitos	10	13.816	6.922
Encargos sobre empréstimos à partes relacionadas		-	(87)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos e risco sacado	12	28.243	22.829
Encargos sobre debêntures	13	6.145	9.472
Encargos sobre arrendamentos	10	2.271	3.640
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	11	1.348	500
Encargos de duplicatas descontadas	24	17.135	16.197
Contratos de arrendamentos	10	509	168
Créditos extemporâneos	25	-	(29.632)
Encargos sobre parcelamentos de impostos	22	13.214	13.824
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	194
Provisão para perdas dos Estoques	7	-	9.549
Provisão (reversão) para demandas Judiciais		(102)	5.642
Retrofitting Maquinas		-	(19.489)
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(650)	(16.335)
Estoques		9.545	4.646
Impostos a recuperar		34.333	59.083
Outros créditos		416	(923)
Depósitos judiciais		(123)	(181)
Fornecedores		7.376	(19.488)
Obrigações trabalhistas e sociais		3.830	930
Obrigações fiscais e tributárias, parcelamentos de impostos		(52.465)	(17.477)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		533	-
Adiantamento de clientes		(2.769)	(1.707)
Outros passivos		(3.477)	(1.152)
Instrumentos financeiros derivativos		136	(136)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		69.382	37.003
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Empréstimos concedidos à partes relacionadas	9	(1.422)	3.339
Aquisição de intangível		(700)	(600)
Aquisição de imobilizado	11	(25.499)	(21.042)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(27.621)	(18.303)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos à partes relacionadas	9	-	(1.303)
Pagamento de principal sobre arrendamento	10	(14.590)	(6.922)
Empréstimos e financiamentos pagos	12	(326.824)	(174.294)
Debêntures pagas	13	(25.368)	(15.300)
Juros pagos sobre arrendamentos	10	(2.271)	(3.640)
Juros pagos sobre empréstimos, Debentures e Risco Sacado	12	(49.075)	(32.211)
Captação de empréstimos e financiamentos		400.072	220.272
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		(18.056)	(13.398)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		23.705	5.302
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	8.661	3.359
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	32.366	8.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de agosto de 1968, cuja atividade principal consiste na estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

A sede da Companhia está localizada na Rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, Estado de São Paulo, contando ainda com filiais em São Paulo, Ferraz de Vasconcelos (SP) e São Leopoldo (RS).

A Companhia é controlada pela holding Delga Participações S.A., uma sociedade anônima de capital fechado que detém 99,99% de participação na Companhia.

A Delga Indústria atende montadoras, sistemistas e fornecedores de autopeças, fornecendo componentes estampados, conjuntos soldados e ferramentaria, destacando-se no setor automotivo.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 4 de abril de 2025.

As informações contábeis incluem todos os dados relevantes utilizados na gestão da Companhia, garantindo transparência na apresentação das demonstrações financeiras.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

As premissas e estimativas utilizadas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente.

i) *Julgamentos*

Os principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis estão detalhados nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3(k) - Prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As premissas que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos próximos períodos incluem:

- Nota explicativa nº 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de clientes: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa nº 7 - Estoques - Reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescências dos estoques;
- Nota explicativa nº 8 - Impostos a recuperar - Transações elegíveis para a tomada de crédito na mensuração dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo;
- Nota explicativa nº 11 - Ativo imobilizado - Definição de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e teste de redução do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado pelo método de valor justo menos custo de venda com base em dados não observáveis significativos; e
- Nota explicativa nº 19 - Provisão para perdas em processos judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

iii) *Mensuração do valor justo*

Ao mensurar o valor justo de ativos ou passivos financeiros, a Companhia utiliza dados observáveis tanto quanto possível, classificando-os em diferentes níveis conforme a seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia se enquadra no Nível 2.

Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 27.

iv) *Transações que não envolveram caixa*

As transações da Companhia que não envolveram movimentações de caixa são:

- Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$ 1.924 mil.
- Constituição de provisão para estoques no montante de R\$ 1.099 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

	31 dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita líquida	792.077		792.077
Custos dos produtos vendidos	(770.641)	(i) 31.531	(739.110)
Lucro bruto	21.436	31.531	52.967
Despesas administrativas e gerais	(35.161)	(i) (31.531)	(66.692)
Outras receitas operacionais	20.366	-	20.366
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	6.641	-	6.641
Receitas financeiras	10.603		10.603
Despesas financeiras	(70.664)		(70.664)
Resultado financeiro líquido	(60.061)		(60.061)
Resultado de equivalência patrimonial	-		-
Outras Receitas Não Operacionais	-		-
Resultado antes dos impostos	(53.420)		(53.420)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24.063		24.063
Lucro líquido do exercício	(29.357)		(29.357)

(i) A Companhia decidiu reclassificar valores registrados incorretamente na linha de “custo das mercadorias vendidas” com base no entendimento de que esses valores devem ser classificados para “despesas gerais e administrativas”, conforme as normas contábeis vigentes. Esse ajuste está alinhado com as melhores práticas contábeis e tem como objetivo proporcionar uma representação mais precisa dos resultados operacionais da Companhia, garantindo maior transparência e conformidade com as normas e regulamentos contábeis aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

a) Moeda estrangeira

As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para o Real (R\$), moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para o Real com base na taxa de câmbio da data de encerramento do exercício.

- As diferenças de conversão são reconhecidas no resultado do exercício na linha de despesas financeiras ou receitas financeiras, conforme aplicável.
- Ativos e passivos não monetários que são mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data em que o valor justo foi determinado.

b) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio--Continuação

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Software: 1- 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Ativos intangíveis--Continuação

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- Títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa ("UGC") exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa ("UGC") que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia usa a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

A Companhia arrenda galpões. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos de galpões foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamentos--Continuação

i) *Como arrendatária*

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para a Companhia no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada nas mesmas bases do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamentos--Continuação

i) *Como arrendatária--Continuação*

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

A taxa incremental nominal aplicada em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,07% ao ano.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

l) Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional de venda de produtos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, ou seja, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

m) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Receitas e despesas financeiras--Continuação

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação*

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Recentemente, foram emitidas novas normas e interpretações contábeis, os quais entrarão em vigência na data efetiva e a empresa avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As principais normas alteradas são:

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2024

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: as alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas--Continuação

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2025

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas--Continuação

Data Efetiva: 1º de janeiro de 2027

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subseqüentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	36	25
Bancos conta movimento	680	604
Aplicações financeiras	31.650	8.032
	32.366	8.661

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro abaixo:

	2024	2023	Rendimento
Aplicação Automática	440	8.032	10,22% a.a
Compromissada	2.507		75% CDI
CDB - Pós	18.289		101,5% CDI
Fundo de Investimento	10.414		12% a.a
Total	31.650	8.032	

A análise de exposição da Companhia a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa nº 27.

O aumento expressivo no saldo de aplicações financeiras em 2024 decorre da estratégia da Companhia de otimizar a liquidez e rentabilidade dos recursos disponíveis, em função da gestão financeira mais eficiente ao longo do exercício.

Adicionalmente, em 2024, a Companhia obteve captação de recursos junto ao BNDES, cujos valores foram temporariamente alocados em aplicações financeiras de curto prazo até sua destinação final para investimentos produtivos e capital de giro.

Não há restrições sobre os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cientes nacionais	43.225	38.266
Cientes estrangeiros (Nota nº 27)	2.598	1.158
	45.823	39.424
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(26.855)	(3.703)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	-	(268)
	(26.855)	(3.971)
	18.968	35.453

- (i) O saldo refere-se à operação bancária de antecipação de recebíveis baseada na transferência de domicílio bancário simples, sem garantia ou caução de contas a receber, sem coobrigação e com depósito de documentos pela Companhia, com uma taxa média de juros de 1,35% a.m.. O aumento expressivo desse saldo em 2024 reflete uma estratégia de gestão de caixa para melhorar a liquidez no curto prazo.
- (ii) A Companhia adota como prática provisão para perda esperada os títulos de clientes que permanecem inadimplentes por mais de 360 dias, exceto se:
- Exista uma cobrança judicial em curso;
 - Exista o fornecimento de material contínuo para o cliente (cliente ativo), podendo ser compensado com a cobrança em conjunto de outras duplicatas;
 - Comprova-se que as cobranças realizadas estão em resultando em uma negociação de recuperação em curso;
 - Em caso de faturamento de Ferramental, que haja a comprovação de que o vencimento ajustado está adimplente com as cláusulas do contrato;
 - Em casos de Notas de Débito, que haja a comprovação de que falta o respectivo reconhecimento do débito internamente ou que a negociação para ressarcimento do débito ainda esteja em curso.

Considerando o contexto do mercado e o conjunto de clientes da empresa, que se limita às grandes montadoras e fornecedores do país, há isenção de análise econômica para definição de limite de crédito de clientes. Sendo que este, deve ser estabelecido no sistema com base na estimativa de faturamento resultante da soma dos contratos de fornecimento em vigor.

Para o processo de implantação de novos clientes, é necessário avaliar a situação financeira em que o mesmo se encontra, verificar suas informações em órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa, e conduzir uma avaliação de crédito em conjunto com a equipe comercial, com o aval da diretoria financeira.

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

<u>Cliente</u>	<u>% de concentração</u>
Volkswagen ("VW")	46%
Meritor do Brasil	18%
Volkswagen ("Truck & Bus")	7%
Volvo do Brasil	6%
Outros	23%
Total	<u>100%</u>

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer:		
A vencer até 30 dias	37.831	24.774
A vencer a mais de 30 dias	2.698	12.263
Total a vencer	<u>40.529</u>	<u>37.037</u>
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.615	58
De 31 a 90 dias	1.998	131
De 91 a 180 dias	1.681	2.198
Há mais de 180 dias	-	-
Total de vencidos	<u>5.294</u>	<u>2.387</u>
Total Geral	<u>45.823</u>	<u>39.424</u>

A provisão para perda esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

<u>Provisão para perdas esperadas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	(268)	(74)
Adição	-	(194)
Baixa	268	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>(268)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

7. Estoques

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Produtos acabados	26.389	33.399
Produtos em elaboração	1.529	1.216
Produtos semi acabados	53.259	59.375
Matérias-primas	27.578	28.998
Materiais de consumo auxiliares e outros	5.689	4.915
Ferramentais em construção	4.875	10.224
Sucata	30	3
Adiantamento a fornecedores	5.102	4.238
Importações em andamento	158	236
(-) Provisão Perda Estoque	(1.099)	(9.549)
	123.510	133.055

A Companhia realiza avaliações periódicas sobre a necessidade de provisão para perdas em estoques, considerando critérios como obsolescência, deterioração e baixa rotatividade dos itens armazenados.

A movimentação da provisão para perda de estoques em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

a) Provisão para Perda de Estoques

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Perda de Inventário	-	(7.688)
Valor Realizável líquido	(1.099)	(1.861)
	(1.099)	(9.549)

O saldo da provisão para perda de estoques apresentou uma redução significativa em 2024, refletindo a revisão dos critérios internos para ajustes de itens obsoletos e a efetiva movimentação dos estoques considerados com baixo giro.

A Companhia segue monitorando continuamente os estoques e aplicando estratégias de otimização, garantindo um controle rigoroso sobre os itens armazenados e minimizando impactos financeiros decorrentes de perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

	2024	2023
IPI a recuperar	5.071	10.494
ICMS a compensar	478	993
IRPJ a Compensar	396	179
Crédito ação PIS e COFINS - ICMS na base de cálculo (i)	13.736	44.109
ICMS Sobre Aquisição de ativo Imobilizado	3.073	1.979
PIS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	694	533
COFINS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	2.803	2.048
Crédito ação FGTS (ii)	6.295	6.295
Outros	384	633
	32.930	67.263
Circulante	26.635	39.466
Não circulante	6.295	27.797

- (i) Em 29 de novembro de 2018, ocorreu o trânsito em julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada à não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia obteve o direito de compensar valores indevidamente recolhidos entre 2002 e 2016. O montante de créditos reconhecidos foi revisado anualmente com base na evolução do tema e atualização dos valores pela Taxa Selic. Durante 2024, houve uma redução no saldo do crédito decorrente da utilização gradual para compensação tributária, reduzindo o saldo de R\$ 44.109 mil em 2023 para R\$ 13.736 mil em 2024.
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2015, ocorreu o trânsito em julgado no qual a Companhia obteve êxito em ação contra a União Federal, INSS e Caixa Econômica Federal, referente à não obrigatoriedade do recolhimento das contribuições ao FGTS previstas na Lei Complementar 110/2001. O crédito total reconhecido foi de R\$ 6.295 mil, mantido integralmente no ativo não circulante, aguardando as fases finais do processo de habilitação para utilização.

A Companhia segue monitorando e utilizando os créditos tributários de forma eficiente, conforme permitido pela legislação vigente.

9. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com sua controladora, coligadas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração, e estão de acordo com transações semelhantes as praticadas pelo mercado.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Ativo não circulante

<u>a) Ativo não circulante</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	-	3.717
	-	3.717

Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou a cessão dos direitos creditórios referentes ao saldo do empréstimo concedido à Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. para a Delga Participações S.A., no contexto do décimo sexto aditamento à escritura de debêntures.

Essa operação foi realizada com o objetivo de integralização de capital na Fobrasa, conforme previsto no aditamento. Dessa forma, o saldo de R\$ 3.717 mil foi baixado do ativo da Companhia, sem impacto em caixa, e formalizado nos termos do referido aditamento.

Movimentação de empréstimos a partes relacionadas

<u>Empresa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Cessão de direito (i)</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Recebimento de juros</u>	<u>31/12/2024</u>
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	3.717	(3.717)	-	-	-
	3.717	(3.717)	-	-	-

<u>Empresa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Recebimento principal</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Recebimento de juros</u>	<u>31/12/2023</u>
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	3.910	(280)	87	-	3.717
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	3.059	(3.059)	-	-	-
	6.969	(3.339)	87	-	3.717

(i) A cessão de direitos foi formalizada como parte do décimo sexto aditamento à escritura de debêntures da Delga Indústria e Comércio S.A., garantindo a correta destinação dos recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Resultado

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos e despesas:		
Delga Participações S.A. (i)	<u>(9.280)</u>	<u>(9.103)</u>
	<u>(9.280)</u>	<u>(9.103)</u>

(i) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora pelas filiais de Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Anchieta e Jarinu com prazo de, terminado e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente.

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social, a qual é controlada pelos acionistas Maria Ione Victollo Delgado, Carla Milena Delgado, Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel e Antonio Augusto Delgado Junior.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 7.786 (R\$ 7.507 em 2023), registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar

a) Movimentação direito de uso

	<u>Terrenos e edifícios</u>
Em 1º de janeiro de 2024	28.759
Adições	1.415
Outros	(6.628)
Despesas de amortização do exercício	(7.188)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>16.358</u>
	<u>Terrenos e edifícios</u>
Em 1º de janeiro de 2023	27.572
Adições	8.109
Despesas de amortização do exercício	(6.922)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>28.759</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar--Continuação

a) Movimentação direito de uso--Continuação

O saldo de direito de uso corresponde aos contratos de arrendamento mercantil, reconhecidos conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, que requer o reconhecimento dos ativos arrendados no balanço patrimonial, com correspondente passivo financeiro.

Durante o exercício de 2024, houve adições no montante de R\$ 1.924 mil, refletindo novas contratações de arrendamentos, e amortizações de R\$ 14.325 mil, impactando o saldo final do direito de uso.

b) Movimentação dos arrendamentos a pagar

31/12/2023	Adição	Pagamento de principal	Outros	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2024
31.784	1.924	(7.962)	(6.628)	(2.271)	2.271	19.118
31.784	1.924	(7.962)	(6.628)	(2.271)	2.271	19.118

	2024	2023
Arrendamentos a pagar	19.117	31.784
Circulante	8.217	6.188
Não circulante	10.900	25.596

31/12/2022	Adição	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2023
30.429	8.277	(6.922)	(3.640)	3.640	31.784
30.429	8.277	(6.922)	(3.640)	3.640	31.784

	2023	2022
Arrendamentos a pagar	31.784	30.429
Circulante	6.188	5.898
Não circulante	25.596	24.531

As adições dos contratos de arrendamentos são transações que não afetam caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Ativo imobilizado

As movimentações do imobilizado em 2024 e 2023 estão demonstradas nos quadros a seguir:

a) Custo

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2024
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos Reabertura - Filial Anchieta	43	-	(42)	-	1
Instalações	22.270	33	(3)	51	22.351
Máquinas e Equipamentos	236.034	4.391	(2.294)	32.427	270.558
Móveis e utensílios	1.002	142	(24)	-	1.120
Veículos	1.424	-	-	-	1.424
Equipamentos C.P.D.	1.839	52	(2)	-	1.889
Aparelhos e acessórios	5.053	120	(28)	-	5.145
Benfeitorias em imóveis	54.038	9	-	589	54.636
Veículos industriais	95	-	-	-	95
Instalações administrativas	712	17	-	-	729
Embalagens Industriais	8.708	489	(132)	1.926	10.991
Bens de pequeno valor	1	-	-	-	1
Ferramentas	711	10	(5)	-	716
Imobilizações em Andamento	33.974	20.236	-	(34.993)	19.217
Total do custo	376.441	25.499	(2.530)		399.410

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Terrenos	294	-	-	-	294
Edifícios	10.243	-	-	-	10.243
Gastos pré-operacionais	542	-	(499)	-	43
Instalações	22.180	90	-	-	22.270
Máquinas e equipamentos (i)	208.480	21.503	-	6.051	236.034
Móveis e utensílios	996	8	(2)	-	1.002
Veículos	1.467	-	(43)	-	1.424
Equipamentos CPD	1.821	18	-	-	1.839
Aparelhos e acessórios	5.039	14	-	-	5.053
Benfeitorias em imóveis	54.038	-	-	-	54.038
Veículos industriais	95	-	-	-	95
Instalações administrativas	653	59	-	-	712
Embalagens Industriais	7.509	1.163	-	36	8.708
Bens de pequeno valor	1	-	-	-	1
Ferramentas	292	-	-	419	711
Imobilizações em andamento	22.804	17.676	-	(6.506)	33.974
Total do custo	336.454	40.531	(544)		376.441

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Ativo imobilizado--Continuação

a) Custo--Continuação

(i) Retrofitting Máquinas

Em conformidade com as normas vigentes, em 2023 a cia realizou à avaliação técnica do Retrofitting dos equipamentos e ao aumento da vida útil do sistema mecânico e eletrônico,

O projeto de Retrofitting dos equipamentos consistiu na modernização e adequação dos sistemas mecânicos e eletrônicos, visando aprimorar a eficiência operacional e prolongar a vida útil dos mesmos. Foram adotadas medidas de atualização tecnológica e substituição de componentes obsoletos, com o objetivo de garantir a operação segura e eficaz dos equipamentos.

Após análise minuciosa dos documentos fornecidos, foram ativadas despesas no montante total de R\$ 19.489, as quais são referentes aos exercícios de 2019 a 2022, conforme especificações dos equipamentos. As intervenções realizadas contribuíram significativamente para o aumento da vida útil do sistema mecânico e eletrônico em questão.

b) Depreciação acumulada

	Taxa de	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
	depreciação % a.a.				
Edifícios	4	(4.893)	(404)	-	(5.298)
Instalações	10	(17.691)	(1.292)	-	(18.983)
Máquinas e equipamentos	5	(120.916)	(11.731)	1.180	(131.467)
Móveis e utensílios	10	(869)	(36)	2	(903)
Veículos	20	(1.130)	(5)	-	(1.135)
Equipamentos CPD	20	(1.781)	(26)	-	(1.807)
Aparelhos e acessórios	10	(4.867)	(33)	-	(4.900)
Benfeitorias em imóveis	4	(15.421)	(2.162)	-	(17.583)
Veículos industriais	20	(94)	-	-	(94)
Embalagens industriais	10	(6.177)	(954)	-	(7.131)
Bens de pequeno valor	100	(1)	-	-	(1)
Instalações administrativas	20	(392)	(40)	-	(432)
Ferramentas	10	(312)	(44)	-	(356)
Total da depreciação acumulada		(174.544)	(16.727)	1.182	(190.090)
Imobilizado líquido		201.895			209.320

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Ativo imobilizado--Continuação

b) Depreciação acumulada--Continuação

	Taxa de	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
	depreciação % a.a.				
Edifícios	4	(4.489)	(405)	-	(4.893)
Instalações	10	(16.372)	(1.319)	-	(17.691)
Máquinas e equipamentos (i)	5	(106.962)	(13.954)	-	(120.916)
Móveis e utensílios	10	(826)	(44)	1	(869)
Veículos	20	(1.169)	(4)	43	(1.130)
Equipamentos CPD	20	(1.737)	(44)	-	(1.781)
Aparelhos e acessórios	10	(4.831)	(36)	-	(4.867)
Benfeitorias em imóveis	4	(13.262)	(2.159)	-	(15.421)
Veículos industriais	20	(94)	-	-	(94)
Embalagens industriais	10	(5.247)	(930)	-	(6.177)
Bens de pequeno valor	100	(1)	-	-	(1)
Instalações administrativas	20	(333)	(59)	-	(392)
Ferramentas	10	(269)	(43)	-	(312)
Total da depreciação acumulada		(155.592)	(18.997)	44	(174.545)
Imobilizado líquido		180.862			201.895

(i) No montante da depreciação de Máquinas e Equipamentos está incluso o valor de R\$ 5.797 o qual é referente a operação de Retrofitting conforme mencionado na nota (a), item (i) acima

A Companhia efetuou avaliação da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Não houve custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

12. Empréstimos e financiamentos

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos com diversas instituições financeiras para atender às suas necessidades de capital de giro e investimentos. A composição da dívida em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está detalhada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2024	2023
<i>BNDES</i>	FINAME	Reais	15/10/2040	TLP + 4,40% + 5,48% a.a.	41.572	-
<i>CBB</i>	Capital de giro	Reais	03/11/2026	CDI + 2,58% a.a.	1.432	1.174
<i>Banco do Brasil</i>	Capital de giro	Reais	01/12/2026	CDI + 2,58% a.a.	35.980	34.165
<i>Sofisa</i>	Capital de giro	Reais	15/12/2027	CDI + 6,93% a.a.	26.772	23.559
Bancos	Risco sacado (i)	Reais	26/03/2025	20,13% a.a.	46.844	31.519
Fundos	Risco sacado (i)	Reais	26/03/2025	25,95% a.a.	37.352	40.870
Total					189.952	131.287
Passivo circulante					119.647	106.445
Passivo não circulante					70.305	24.842

Principais *Covenants*: não sofrer protesto cambiário, não requerer recuperação extrajudicial ou judicial, não haver processo de falência, não sofrer ação judicial ou procedimento fiscal que coloque em risco as garantias constituídas, não promover alterações societárias relacionadas a fusão, cisão, liquidação, dissolução, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária sem a prévia anuência do banco, não realizar distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortizações de ações, bonificações em dinheiro ou quaisquer outras modalidades de remuneração que seja devida aos acionistas, exceto os dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei 6404/76, limitado a 25% do lucro líquido do período.

(i) Risco sacado

O grupo Delga possui um programa para fomentar a aquisição de insumos, operacionalizado através de plataformas 100% digitais. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seu principal fornecedor, tendo em vista que a participação do mesmo não é compulsória. A instituição financeira que ofertar a menor taxa de desconto passa a ser a credora das faturas efetivamente antecipadas, possibilitando ao fornecedor o recebimento antecipado e, conseqüentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da Companhia, a qual não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira que realizar a operação de descontos por qualquer pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor.

O vencimento da dívida de longo prazo está assim demonstrado:

Ano	2024	2023
2025		13.087
2026	28.284	11.755
2027	11.686	-
2028	8.006	-
2029	8.006	-
A partir de 2030	14.322	-
	70.305	24.842

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

31/12/2023	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2024
131.287	400.072	(326.824)	11.806	(26.388)	189.953
131.287	400.072	(326.824)	11.806	(26.388)	189.953

31/12/2022	Captação	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2023
84.970	220.272	(174.294)	22.831	(22.492)	131.287
84.970	220.272	(174.294)	22.831	(22.492)	131.287

A Companhia realizou novas captações de R\$ 41.872 mil, destacando-se os recursos obtidos junto ao BNDES, utilizados para capital de giro e investimentos. O pagamento de principal totalizou R\$ 36.782 mil, e os juros pagos no período foram de R\$ 26.310 mil, refletindo o perfil de amortização dos contratos.

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

A Companhia mantém políticas de gestão da dívida alinhadas com seu planejamento financeiro, monitorando as taxas de juros e prazos de vencimento para otimizar sua estrutura de capital.
Garantias

Cláusulas restritivas *Covenants*

A Companhia atendeu as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. Debêntures

Em 14 de abril de 2014 foi emitida a 2ª emissão de debentures privadas não conversíveis em ações com a liquidação da 1ª emissão:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

Classificação da emissão: 2ª emissão
Data da emissão: 14 de abril de 2014
Data final da liquidação: 12 de setembro de 2024
Quantidade: 900
Valor total da emissão: R\$ 90.000

Espécie: Debêntures da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussória e real, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas cláusulas 4.10 e 4.11 do instrumento particular.

Forma: Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado.

Remuneração mensal: A cada debênture a partir de 06 de setembro de 2019 até 11 de setembro de 2021: Taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros +1,00% a.a.
A cada debênture a partir de 12 de setembro de 2021: Taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros +2,00% a.a..

Pagamento da remuneração: Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.

Pagamento do principal: R\$ 90.000 serão pagos em 48 parcelas mensais a partir de 12/10/2020, junto com a remuneração mensal.

Garantias: Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.

Obrigações adicionais - Índices financeiros: Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 5,0 em 2021. Para 2022 será igual ou menor 3,5 e em 2023 será igual ou menor 3,0.

Obrigações adicionais - Outras principais: Não haver variação negativa superior a 10% dos ativos imobilizados líquidos do grupo econômico; não distribuição ou pagamento de dividendos de lucros aos acionistas da emissora em valor superior a 50% do lucro líquido limitado a R\$ 7 milhões; e entrega das demonstrações financeiras auditadas até 30 de abril de 2023, com possibilidade de extensão por mais trinta dias.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, com vencimento final em 12 de agosto de 2027, conforme o 16º Aditamento à Escritura de Debêntures.

A Companhia não incorreu em custos de captação em 2024 e 2023, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Em 2024, a Companhia assinou o 16º aditamento junto aos debenturistas, o qual contempla as seguintes alterações:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

Taxa da operação: Manutenção de CDI + 2,00% a.a. para todo o período restante da emissão.
Nova data de vencimento: O vencimento das debêntures foi prorrogado para 12 de agosto de 2027, alterando o cronograma de pagamento.

Amortização Extraordinária Obrigatória - Cash Sweep: Caso haja geração de caixa excedente, a Companhia poderá ser obrigada a realizar amortizações extraordinárias, limitadas a R\$ 40 milhões, conforme cláusula 5.3 do aditamento.

Distribuição de dividendos: A Companhia não poderá distribuir dividendos ou realizar mútuos aos acionistas durante a vigência do contrato, exceto os dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76, limitados a 25% do lucro líquido do período.

Covenants financeiros: A Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros:

- Dívida Líquida / PATRIMONIO LÍQUIDO: $\leq 3,0x$

Entrega das Demonstrações Financeiras: A Companhia deverá apresentar demonstrações financeiras auditadas até 30 de abril de cada ano, com possibilidade de extensão por até 30 dias, mediante justificativa.

	2024	2023
Debêntures	33.678	59.151
Circulante	12.893	59.151
Não circulante	20.785	-

O vencimento da dívida está assim demonstrado:

	2025	2026	2027	Total
	12.893	12.471	8.314	33.678

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

Movimentação das debêntures

31/12/2023	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2024
59.151	-	(25.368)	6.145	(6.250)	33.678
59.151	-	(25.368)	6.145	(6.250)	33.678

31/12/2022	Captação	Pagamento principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	31/12/2023
74.698	-	(15.300)	9.472	(9.719)	59.151
74.698	-	(15.300)	9.472	(9.719)	59.151

Cláusulas restritivas *covenants*

O contrato de Debênture está sujeito a cláusulas restritivas, que estabelece a manutenção de índices financeiros e não financeiros conforme acima demonstrado, as quais, a Companhia atendeu em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Delga Participações S.A.

14. Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim compostos:

	2024	2023
Fornecedores nacionais	55.795	51.924
Fornecedores estrangeiros (Nota nº 27)	4.182	677
	59.977	52.601
Passivo circulante	59.977	52.601
Passivo não circulante	-	-

Os saldos apresentados referem-se a obrigações com fornecedores de matéria-prima, insumos e serviços relacionados às operações da Companhia, com prazos médios de pagamento alinhados às práticas comerciais do setor. O aumento no saldo de fornecedores estrangeiros em 2024 decorre do crescimento das importações de insumos estratégicos para a produção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

15. Obrigações trabalhistas e sociais

Os saldos das obrigações trabalhistas e sociais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim compostos:

	2024	2023
Ordenados e salários	3.523	4.947
Encargos sociais - INSS e FGTS	6.000	3.417
Provisão de férias e encargos	15.278	14.794
Rescisões a pagar	8	55
Provisão Bônus / PLR	5.459	3.271
Outras	231	185
	30.499	26.669

O aumento do saldo das obrigações trabalhistas em 2024 deve-se, principalmente, ao crescimento da provisão de bônus e PLR, refletindo a política de remuneração variável da Companhia e o desempenho do exercício. Além disso, houve um acréscimo na provisão de encargos sociais (INSS e FGTS), compatível com o aumento das provisões salariais e de benefícios.

A Companhia mantém controles rigorosos sobre suas obrigações trabalhistas, garantindo o cumprimento da legislação vigente e o correto provisionamento dos valores a serem pagos.

16. Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos das obrigações fiscais e tributárias da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim compostos:

	2024	2023
ICMS	4.236	9.516
ISS	193	102
IRRF	64	43
PIS/COFINS	1.241	1.177
Outras	802	681
	6.536	11.519

A redução do saldo total de obrigações fiscais e tributárias em 2024 decorre, principalmente, da diminuição do saldo de ICMS a pagar, reflexo de ajustes na política de créditos fiscais e otimização da gestão tributária da Companhia ao longo do exercício.

As obrigações tributárias são reconhecidas no passivo da Companhia e liquidadas conforme os vencimentos previstos na legislação fiscal aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

17. Parcelamentos de impostos

A Companhia possui parcelamentos de tributos federais e estaduais, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
ICMS (i)	29.145	44.486
INSS (iii)	8.156	14.309
PERT RFB (ii)	12.261	9.999
PIS E COFINS	-	1.973
LITIGIO ZERO	-	973
Juros a Transcorrer (iv)	(12.090)	-
Total	37.472	71.740
Passivo circulante	23.904	46.570
Passivo não circulante	13.568	25.170

A redução no saldo total de parcelamentos em 2024 reflete pagamentos realizados no período e a regularização de tributos anteriormente parcelados, principalmente no ICMS e INSS.

(i) ICMS

Entre 2007 e 2022, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamento de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com períodos de amortização entre 7 e 120 meses (até 11/2025). Os parcelamentos estão sendo pagos conforme os cronogramas deferidos e são atualizados pela taxa SELIC.

(ii) PERT - Lei 13.496/17

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), abrangendo débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB).

A modalidade aderida prevê o pagamento com entrada de 20% do valor consolidado da dívida, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, e o saldo remanescente parcelado em até 145 prestações mensais (até 03/2031).

O programa prevê redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.496/2017.

(iii) INSS e RFB Lei 11.941/09

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou pela migração de débitos do PAES federal para o REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

O parcelamento foi formalizado em até 180 meses, sendo mantido regularmente desde sua adesão. A permanência no programa está condicionada à quitação pontual das parcelas, que são corrigidas mensalmente pela taxa SELIC.

Nos últimos anos, a Companhia realizou novas adesões ao REFIS IV para regularização de débitos, com contratos formalizados em 2020 (R\$ 16.361 mil, em até 60 meses), 2021 (R\$ 10.524 mil) e 2022 (R\$ 6.785 mil), cujos pagamentos seguem o cronograma estabelecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

(iv) Em 31 de dezembro de 2023, os valores de parcelamentos apresentavam os saldos brutos, ou seja, já incluíam os juros a transcorrer nas respectivas linhas de tributos. A partir de 2024, com o objetivo de aprimorar a qualidade da informação e conferir maior transparência à demonstração dos saldos de parcelamentos, a Companhia passou a evidenciar separadamente o montante de juros a transcorrer, deduzindo-os da soma dos valores a pagar. Essa mudança não representa alteração no valor total dos parcelamentos, apenas uma reclassificação contábil que torna a composição mais aderente às melhores práticas de divulgação contábil.

17. Parcelamentos de impostos--Continuação

Escalonamento dos parcelamentos

2025	2026	2027	2028 ou mais	Total
23.904	5.862	4.401	3.305	37.472

A Companhia segue acompanhando sua estratégia de gestão tributária para manter a regularidade fiscal e otimizar a utilização dos benefícios dos programas de parcelamento.

18. Adiantamento de clientes

Os valores registrados como adiantamento de clientes referem-se a recebimentos antecipados por produtos e serviços a serem entregues ou prestados em períodos subsequentes.

A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

	2024	2023
Adiantamento de clientes	6.859	9.628
Total	6.859	9.628

A redução do saldo de adiantamentos de clientes em 2024 decorre da entrega de pedidos previamente faturados e reconhecidos como receita ao longo do exercício.

A Companhia segue reconhecendo esses valores conforme a entrega dos bens e serviços, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

O adiantamento será liquidado considerando os faturamentos programados dos ferramentais dos novos projetos em andamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

19. Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão com risco de perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Trabalhistas	1.468	5.642	7.110	1.673	(1.952)	6.831
Fiscais	-	-	-	177	-	177
	1.468	5.642	7.110	1.850	(1.952)	7.008

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente, os quais totalizam os seguintes valores:

	2024	2023
Depósitos Judiciais Trabalhistas	1.959	1.836
Depósitos Judiciais Cíveis	41	41
Depositos Judiciais	2.000	1.877

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contingências passivas trabalhistas e tributárias no montante de R\$ 14.415 (R\$ 13.953 em 2023), que na opinião de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda é classificada como possível.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2024 é de R\$ 47.299, representado por 47.298.832 ações ordinárias nominativas no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuaçãoa) Capital social--Continuação

Acionista	Quantidade de ações	Valor
Delga Participações S.A.	47.298.830	47.299
Maria Ione Victtolo Delgado	2	-
	<u>47.298.832</u>	<u>47.299</u>

Não houve qualquer movimentação no capital social da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023.

b) Reserva legal

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado a cada exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social, desde que a Companhia não tenha prejuízos acumulados superiores ao lucro auferido.

c) Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2024, a Companhia registrou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 11.597 mil, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Essa distribuição não decorreu de deliberação por lucro do exercício, mas está diretamente vinculada à cessão de direito firmada no contexto do 16º Aditamento à Escritura de Debêntures.

Essa operação não comprometeu a saúde financeira da Companhia e está em conformidade com as disposições legais e contratuais vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

21. Receita líquida

A receita líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de venda de mercadorias	(1.117.066)	(1.007.102)
Receita de ferramental	(29.448)	(20.386)
Outras	(13)	(1000)
Deduções da receita	255.677	236.411
Receita líquida	<u>(890.850)</u>	<u>(792.077)</u>

Receita de venda de mercadorias: Apresentou um crescimento de 10,9%, impulsionado pela maior demanda do setor e pela recuperação parcial do mercado consumidor.

Receita de ferramental: Cresceu 44,5%, refletindo um maior volume de projetos e investimentos realizados pelos clientes da Companhia, principalmente no segmento automotivo.

As deduções da receita são compostas pelos seguintes itens:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Devoluções	6.692	12.894
ICMS	163.778	146.054
PIS	15.193	13.830
COFINS	69.981	63.700
Outros	33	(67)
Total de deduções da receita	<u>255.677</u>	<u>236.411</u>

A Companhia reconhece a receita líquida de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, que determina o reconhecimento da receita no momento da transferência do controle do bem ou serviço ao cliente.

22. Despesas e custos por natureza

As despesas e os custos incorridos pela Companhia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão detalhados conforme sua natureza e classificação.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(reapresentado)
Matéria-prima	508.312	490.545
Mão de Obra	182.785	167.453
Terceirização / PJ	46.982	32.812
Depreciação	24.407	26.779
Outros	91.336	88.213
	<u>853.822</u>	<u>805.802</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

22. Despesas e custos por natureza--Continuação

As despesas e custos foram classificados da seguinte forma nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Custos dos produtos vendidos	787.495	739.110
Despesas administrativas e gerais	<u>66.327</u>	<u>66.692</u>
	<u>853.822</u>	<u>805.802</u>

23. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim demonstradas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	51
Outras receitas operacionais diversas	1.314	826
Retrofitting maquinas (i)	-	19.489
	<u>1.314</u>	<u>20.366</u>

O valor das outras receitas operacionais em 2024 totalizou R\$ 1.314 mil, representando uma redução significativa em relação ao ano anterior, que incluía um montante expressivo relacionado a retrofitting de máquinas.

(i) Retrofitting maquinas

Em conformidade com as normas vigentes, em 2023 a cia realizou a avaliação técnica do Retrofitting dos equipamentos e ao aumento da vida útil do sistema mecânico e eletrônico,

O projeto de Retrofitting dos equipamentos consistiu na modernização e adequação dos sistemas mecânicos e eletrônicos, visando aprimorar a eficiência operacional e prolongar a vida útil dos mesmos. Foram adotadas medidas de atualização tecnológica e substituição de componentes obsoletos, com o objetivo de garantir a operação segura e eficaz dos equipamentos.

Após análise minuciosa dos documentos fornecidos, foi atestado que as despesas constantes na relação de notas de 2019 a 2022 foram devidamente aplicadas no Retrofitting dos equipamentos conforme especificação dos equipamentos. As intervenções realizadas contribuíram significativamente para o aumento da vida útil do sistema mecânico e eletrônico em questão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro líquido

A composição do resultado financeiro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

Receitas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros e descontos	(735)	(1.045)
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.202)	(39)
Receita Selic (i)	(1.960)	(9.042)
Receita de Derivativos MTM	333	(397)
Variação cambial ativa	(453)	(80)
	<u>(5.017)</u>	<u>(10.603)</u>

As receitas financeiras apresentaram uma redução significativa no período, principalmente devido à diminuição da atualização pela taxa SELIC sobre os créditos tributários reconhecidos no ano Anterior.

Despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros sobre operação risco sacado	15.233	14.871
Juros sobre arrendamento – IFRS 16	2.271	3.641
Juros sobre empréstimos e financiamento	13.010	7.960
Encargos sobre parcelamentos	13.214	13.824
Juros sobre debêntures	6.426	9.472
Juros sobre antecipação de recebíveis	17.135	16.197
Outras despesas financeiras	2.460	4.699
	<u>69.749</u>	<u>70.664</u>
Resultado financeiro líquido	<u>64.732</u>	<u>60.061</u>

As despesas financeiras apresentaram leve redução em relação ao ano anterior, com destaque para a queda nas tarifas bancárias, compensada pelo aumento dos juros sobre empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.456)	(53.420)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	8.995	18.163
Adição permanente de despesas não dedutíveis	(163)	-
Exclusão permanente de receitas não tributáveis	667	-
Imposto diferido ativos não registrados	(10.090)	(18.163)
Crédito IRPJ e CSLL sobre indêbitos (i)	-	25.286
Compensações de prejuízos fiscais	-	-
Outros	16	(1.223)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(574)	24.063
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício corrente	(574)	24.063

(i) Em 29 de novembro de 2018 ocorreu o trânsito e julgado no qual a Controlada Delga Indústria obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Controlada Delga Indústria de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. Durante o exercício de 2023, a Companhia reconheceu o crédito do IRPJ recolhido a maior do período supracitado.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda a recolher	428	-
(-) Retenções na fonte	(11)	-
Contribuição social a recolher	157	-
Compensações	-	-
Total	574	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Resultado por ação

O cálculo do lucro por ação foi baseado no lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	(27.030)	(29.547)
Quantidade de ações ordinárias (nota nº 20)	47.298.832	47.298.832
Lucro por ação (em R\$)	(0,001)	(0,001)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não haviam ações ordinárias em circulação nem qualquer efeito diluidor.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Nota</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5		32.366		8.661
Contas a receber de clientes	6		18.968		35.454
Empréstimos a partes relacionadas	9		-		3.717
Instrumentos Derivativos - Ativo			-		4.428
			51.334		52.260

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

	Nota	2024		2023	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	12	-	189.952	-	131.287
Debêntures	13	-	33.678	-	59.151
Fornecedores	14	-	59.978	-	52.602
Adiantamento de clientes	18	-	6.859	-	9.628
Arrendamentos a pagar	10	-	19.117	-	31.784
Instrumentos Derivativos – Passivo		-	-	-	4.292
			309.584		288.744

Valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100,5% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e realiza também a antecipação de pagamentos antes do faturamento limite. No que tange às instituições financeiras, a Companhia procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, a Companhia não possui provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 6.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos produtos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

d) Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes do exterior (Nota nº 6)	2.598	1.158
Fornecedores do exterior (Nota nº 14)	(4.183)	(678)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(1.585)	480

Taxas de câmbio utilizadas em 31 de dezembro de 2024

USD/BRL 6,1917

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade sobre variação cambial

Exposição patrimonial	Exposição	Taxa de câmbio em 31/12/2024	Cenários				
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Clientes do Exterior	420	6,19	2.598	3.248	3.897	1.949	1.299
Fornecedores do Exterior	(676)	6,19	(4.183)	(5.229)	(6.275)	(3.137)	(2.092)
Impacto no resultado			(1.585)	(1.981)	(2.378)	(1.188)	(793)

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas divulgadas pelo Itaú BBA. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros esperada em 31/12/2024	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Aplicações financeiras (Nota nº 05)	31.650	Redução do CDI	15,00%	4.748	5.934	7.121	3.561	2.374
Debêntures (Nota nº 13)	(33.678)	Aumento do CDI	15,00%	(5.052)	(6.315)	(7.578)	(3.789)	(2.526)
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	(189.952)	Aumento do CDI	15,00%	(28.493)	(35.616)	(42.739)	(21.370)	(14.246)
Impacto no resultado				(28.797)	(35.997)	(43.196)	(21.598)	(14.398)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros—Continuação

Análise de sensibilidade sobre variação na taxa de juros--Continuação

a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa	Até o 1º ano	Do 2º ano	Do 3º ano
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	131.287	131.287	94.245	37.042	-
Debêntures (Nota nº 13)	59.151	59.151	59.151	-	-
Fornecedores (Nota nº 14)	52.602	52.602	52.602	-	-
Adiantamento de clientes (Nota nº 18)	9.628	9.628	9.628	-	-
Arrendamentos a pagar (Nota nº 10)	31.784	31.784	6.188	25.596	-
Outras contas a pagar	6.033	6.033	2.573	3.460	-
	290.485	290.485	224.387	66.098	-

Valor justo x valor contábil

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sem haver variação significativa de valor.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Fabiano Lobo de Moares
Diretor Administrativo Financeiro

Confirp Contabilidade Ltda
Contador CRC 2SP.014.230/O-3